

**IMPACTOS DA DENDEICULTURA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA PARAENSE: OS AGRICULTORES INTEGRADOS A BELÉM BIOENERGIA BRASIL (BBB)**

**IMPACTS OF OIL PALM FARMING ON FOOD PRODUCTION IN THE AMAZON'S PARÁ: THE FARMERS INTEGRATED TO BELÉM BIOENERGIA BRASIL (BBB)**

**IMPACTS DE LA DENDÉICULTURE DANS LA PRODUCTION ALIMENTAIRE DE LA AMAZONIE DU PARÁ: AGRICULTEURS INTÉGRÉS À BELÉM BIOENERGIA BRASIL (BBB)**

**Cleison Bastos dos Santos<sup>1</sup>**  
*cleisongeo@gmail.com*

**João Santos Nahum<sup>2</sup>**  
*prof.joaonahum@gmail.com*

**Leonardo Sousa dos Santos<sup>3</sup>**  
*leonardodrgeo@gmail.com*

**RESUMO:** Mostramos que a cultura do dendezeiro se expande por áreas usadas na lavoura tradicional, bem como se utiliza da força de trabalho de agricultores camponeses. Demostramos esse fenômeno geográfico na comunidade do Apeí, na região do Alto Moju outrora singularizada por agricultores camponeses que tinham seu modo de vida associado à produção de alimentos, sobretudo ao cultivo da mandioca. Para tanto realizamos trabalhos de campo e entrevistas estruturadas e semiestruturadas com os agricultores. Na primeira parte caracterizamos o uso da terra e a natureza do trabalho antes da chegada do projeto comunitário do dendezeiro nas comunidades, ressaltando a produção de alimentos. Em seguida discorremos sobre a implantação do projeto do dendezeiro, espécie de marco de rupturas e continuidades na dinâmica espacial. Desde então, deparamo-nos com os projetos de agricultura familiar do dendezeiro integrando o lugar. Isso nos permite delinear os impactos da dendeicultura na produção de alimentos.

**Palavras-chave:** Dendeicultura. Impacto. Agricultores camponeses. Alimentos.

**ABSTRACT:** We show that oil palm farming expands into areas used for traditional farming, as well as uses the labor of peasant farmers. We demonstrated this geographic phenomenon in the Apeí community, in the region of Alto Moju, in the past characterized by peasant farmers whose

---

<sup>1</sup> Artigo fruto do projeto de pesquisa: Formação Territorial Rural da Amazônia Paraense, desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia (GDEA).

<sup>1</sup> Docente de Geografia da rede pública de ensino do Pará. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

<sup>2</sup> Docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

<sup>3</sup> Técnico da Defesa Civil do Estado do Pará. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

way of life was associated with food production, especially cassava. For this, we performed field work and structured and semi-structured interviews with the farmers. In the first part, we characterized land use and the nature of labor prior to the arrival of the oil palm community project in the communities, highlighting food production. Next, we addressed about the implementation of the oil palm project, a kind of landmark of ruptures and continuities in spatial dynamics. Ever since, we have witnessed palm oil family agriculture projects integrating the place. That allows us to outline the impacts of oil palm farming on food production.

**Keywords:** Oil palm farming. Impact. Peasant farmers. Food.

**RÉSUMÉ:** Nous avons montré que la culture de l'huile de palme se développe dans les zones utilisées par l'agriculture traditionnelle, ainsi que par l'utilisation de la force de travail des paysans. Nous démontrons ce phénomène géographique dans la communauté Apeí dans la région d'Alto Moju, par les paysans qui avaient autre fois leur mode de vie associé à la production alimentaire, en particulier la culture du manioc. Pour cela, nous réalisons des recherches de terrain et des entretiens structurés et semi-structurés avec les agriculteurs. Dans la première partie nous avons caractérisé l'utilisation du sol et la nature du travail avant l'arrivée du projet communautaire du palmier à huile dans les communautés, spécialement sur la production de nourriture. Ensuite, nous discutons la mise en œuvre du projet de palmier à huile, une sorte de rupture et de continuité dans la dynamique spatiale. À partir de la, nous avons rencontré des projets de palmiers à huile familiaux intégrant le paysage. Cela nous permet de délimiter les impacts de la culture de l'huile de palmier sur la production alimentaire.

**Mots clés:** Agriculture. Impact. Paysans. Alimentation.

## INTRODUÇÃO

No século XXI, tal como um grande projeto de comandos e interesses exógenos, a dendeicultura paulatinamente aumenta na Amazônia paraense impulsionada pelo crescente, estimulante e vantajoso mercado consumidor de óleo de palma mundializado (WWF, 2016). Segundo Nahum e Santos (2015) a cultura do dendezeiro se expande predominantemente pela compra ou arrendamento de áreas de fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, bem como se utiliza da força de trabalho de agricultores camponeses. O jornalismo investigativo do Repórter Brasil (2010) expõe a primeiras impressões do processo de integração da agricultura familiar ao cultivo do dendezeiro, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Lançado em 2005, por meio da lei nº 11.097, de janeiro de 2005, o Programa instituiu o biodiesel na matriz energética brasileira. Este biocombustível terá que ser processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultores familiares, inclusive as resultantes de atividade extrativistas, no caso da Amazônia, o fornecimento a partir do cultivo do dendezeiro (Brasil, 2005). Por esse motivo a energia

gerada pelo biodiesel é chamada de “energia renovável”. Silva (2016) avalia os impactos que o Programa Federal de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PSOP) no campesinato no município do Acará; esforço parecido ao de Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018) que, partindo das proposições do PSOP, analisam os limites e possibilidades da integração da agricultura familiar à cadeia da palma na Amazônia; Backhouse (2013), apoiando-se na noção *green grabbing*, discorre sobre os impactos desencadeados pelo PSOP no estado do Pará.

Demostramos o impacto da dendeicultura na produção de alimentos na comunidade do Apeí, na região do Alto Moju, outrora singularizada por agricultores camponeses que tinham seu modo de vida umbilicalmente associado à produção de alimentos, sobretudo ao cultivo da mandioca. Quadro alterado quando esses agricultores passam a integrar o projeto de produção de dendê para biodiesel da empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB). Diferente de Nahum e Bastos (2014) e Nahum e Santos (2017) que pesquisaram empresas enraizadas e com dendezais de 10 anos ou mesmo na segunda geração e que não produzem para o biodiesel, aqui tratamos de empresa que chegou no início do século XXI para produzir dendê destinado ao biodiesel e com plantações entre três e quatro anos e que ainda não atingiram sua maturidade produtiva. Isso justifica sua escolha, visto que os projetos familiares de cultura do dendezeiro foram pensados para inclusão dos agricultores na cadeia produtiva do biodiesel; além de nos permitir compreender como neste momento os agricultores tentam conciliar suas atividades de criar, cultivar, extrair e produzir com a rotina de trabalho no dendezal.

Para tanto realizamos trabalhos de campo e entrevistas estruturadas e semiestruturadas com os agricultores integrados a empresa Belém Bioenergia; no total, foram entrevistados 30 agricultores todos da comunidade do Apeí, na região do Alto Moju. Os trabalhos de campo foram realizados nos dias 24/25 e 26 de janeiro de 2017 e 04-05 de fevereiro; 03-04 março e, 02-03 de abril de 2018. Entrevistamos, também, o senhor Almir Cristino, presidente da Associação de Desenvolvimento Sustentável da Cultura do Dendê da Agricultura Familiar do Alto Moju, que nos deu um panorama acerca do processo de integração dos agricultores familiares com a empresa Belém Bioenergia Brasil no Alto Moju. As narrativas nos ajudaram a entender os impactos que a integração familiar ao projeto de dendê trouxe na produção de alimentos. Na primeira parte caracterizamos o uso da terra e do trabalho antes da chegada do projeto de agricultura familiar do dendezeiro nas

comunidades, ressaltando a produção de alimentos. Em seguida discorreremos sobre a implantação do projeto de dendê, espécie de marco de rupturas e continuidades na dinâmica espacial. Desde então, deparamo-nos com os projetos de agricultura familiar do dendezeiro integrando o lugar. Isso nos permite delinear os impactos da dendeicultura na produção de alimentos.

### **A VILA APEÍ ANTES DA DENDEICULTURA**

A vila Apeí localizada na região do alto rio Moju, no município de Moju, com aproximadamente 400 moradores tem traços de comunidade camponesa historicamente construída pela unicidade entre terra, trabalho e família. A terra onde se mora é a mesma onde se trabalha e o ritmo deste é dado pelas necessidades de reprodução da unidade familiar. Os frutos do trabalho cotidiano são comercializados no mercado. Estamos diante de uma comunidade inserida na sociedade mercantil, mediada pelo dinheiro, cuja reprodução ainda não tem como razão prática a racionalidade do capital mercantil, tampouco na composição do seu preço não está inserido a mais-valia.

Em pleno século XXI essa condição espacial camponesa é desconsiderada nas políticas de Estado para o meio rural. Nelas a falta de mentalidade empresarial e do espírito empreendedor são os principais problemas do campo. Tendo isso em conta as ações do Estado visam profissionalizar o camponês, transformando-o quer em assalariado rural ou em agricultor familiar empreendedor associado ou integrado à cadeia do agronegócio. Políticas que objetivam gerar emprego, renda e inclusão social, ainda que o preço disso seja o aumento na concentração de terra, reformulação do código florestal, da legislação trabalhista, dentre outros tantos feitos pelo Estado para disseminar a mentalidade mercantil no meio rural.

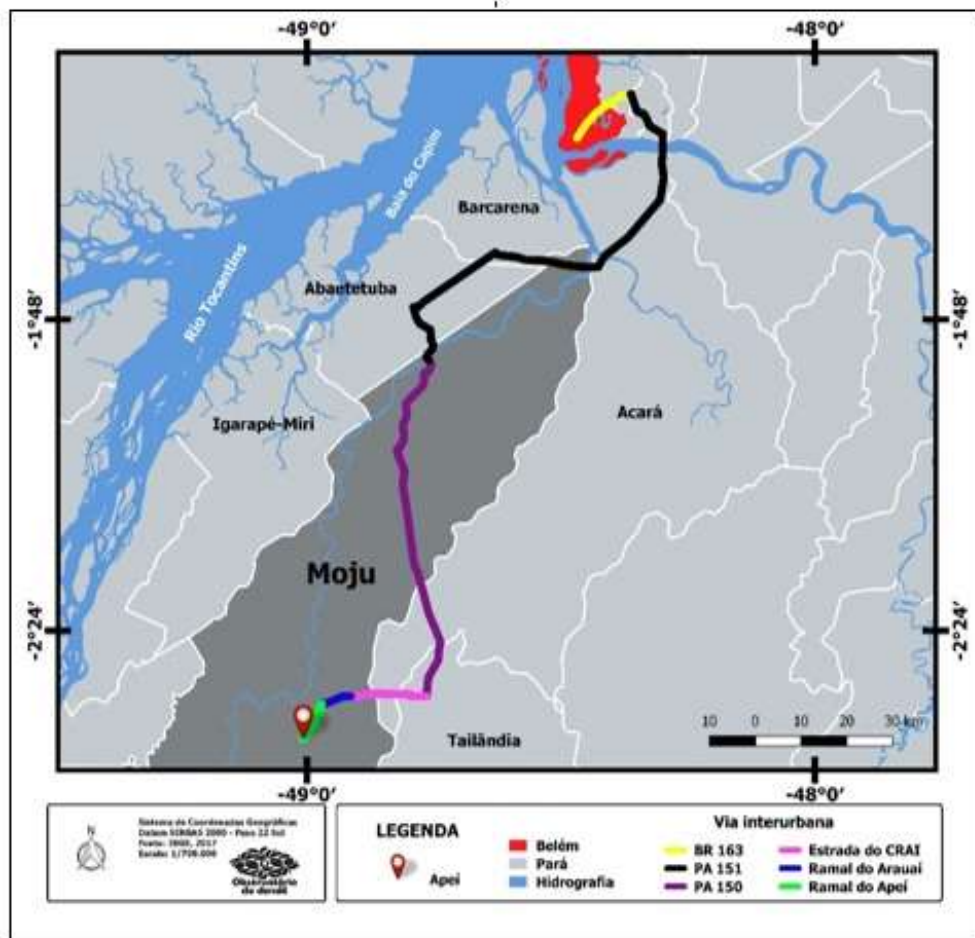
Nessa região do Moju predominava o sítio camponês, manifestação da unicidade entre terra de vida e terra de trabalho, morfologia social de um modo de vida. Nele a habitação, o quintal, a casa (retiro) de farinha, as árvores frutíferas, o curral, o poço, o roçado e o trabalho eram ritmados pelos ciclos de vida do reino vegetal, mineral e animal, enfim de espaços de vida com finalidades diferentes, distinguindo-se mato, capoeira, chão de roça, pasto, casa de farinha, casa e quintal. A configuração espacial desse lugar

expressava um conjunto de saberes e fazeres imprescindíveis à reprodução camponesa, tal como enuncia Nahum e Santos (2017).

Duas linhas de ônibus interligam a vila do Apeí à cidade de Moju e a de Tailândia. Os ônibus partem às 06h para os dois destinos e retornam da cidade de Moju às 13h10min e de Tailândia às 13h. Partindo do terminal rodoviário da cidade de Moju até ao Apeí, teremos os seguintes trajetos. O primeiro é seguir a PA 150 até a altura do km 74 até a portaria da empresa Companhia Real Agroindustrial (CRAI), do Grupo Agropalma, depois de percorrido um labirinto de dendezal você encontrará uma bifurcação, o lado direito dará acesso ao porto do CRAI e o lado esquerdo acesso ao Projeto III, passando esse projeto, mais adiante entraremos na vila do Arauaí após termos outra bifurcação. Para o lado direito, acessaremos o Projeto I e para o esquerdo o ramal Apeí e a referida vila. Partindo de Tailândia, seguindo a PA 150 até a altura do km 108 adentraremos na vicinal conhecida como vicinal do Parola, da entrada do ramal até a Apeí, calcula-se uns de 30 km para chegar à vila (Figura 1).

A configuração espacial da vila singulariza-se pela precariedade estrutural nos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e tratamento de esgoto, bem como acesso a sistemas técnicos informação, comunicação e transporte. Contamos cerca de 40 casas contínuas e 100 espalhadas ao longo do ramal Apeí, com aproximadamente 400 moradores, duas escolas de ensino fundamental menor, dois comércios oferecem açaí, carne bovina e variados produtos, além de três bares e uma igreja protestante. Não há abastecimento de água e os moradores utilizam poços para suprir suas necessidades. Os alunos do ensino fundamental II e do médio, por meio de transporte escolar, deslocam-se até a comunidade do Arauaí para estudar na Escola Nossa Senhora do Sagrado Coração.

**Figura 1:** Trajeto até a Vila Apeí saindo de Belém



Fonte: Elaboração pelos autores.

Sem posto médico nem Agente Comunitário de Saúde (ACS), o atendimento médico e serviços ambulatoriais básicos são realizados na vila Soledade, município de Moju.

Em meados da década de 1980, segundo o entrevistado 1, morador do lugar, a dieta alimentar dos moradores do Apeí era baseada no pescado, na caça, na criação de pequenos animais e, sobretudo, na produção do roçado de mandioca. A agricultura camponesa do Apeí, segundo o morador, era alicerçada no “plantar banana e torrar farinha” (Entrevistado 1). No que diz respeito a cultura da banana, relatou o entrevistado 2 “aqui todos os agricultores plantavam banana. Só a gente plantava 2.500 pés, a gente tirava 220 caixas de 15 em 15 dias e a gente ainda comprava a produção de outros agricultores, comprava mil, duas mil caixas e levava para Moju e para Belém” (Entrevistado 2). No

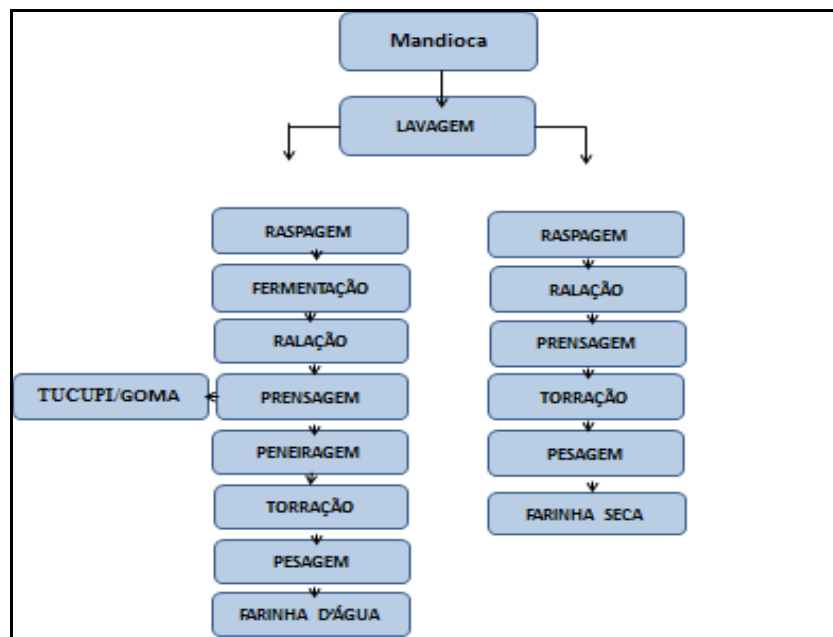
entanto, segundo esse entrevistado, no início da década de 1990, “veio uma doença que deixou a planta com uma cor escura e acabou com os bananais daqui. A gente tentou ainda tratar, mas não conseguimos vencer a doença e daí essa tradição acabou” (Idem). A praga citada pelo entrevistado provavelmente foi causada pelo patógeno (*Mycosphaerella fijiensis*), conhecida como Sigatoka-negra, que acometeu os bananais brasileiros e paraenses, sobretudo a partir da década de 1990 (Homma, 2001).

O roçado integra a configuração espacial do sítio onde se tinha a terra como principal meio de produção e as diferentes atividades eram distribuídas pelo pai de família. Trabalhava-se na brocação, derruba, queima, encoivramento, plantio, colheita e, por fim, o processamento nas casas de fabricação de farinha, que consiste em produzir farinha e subprodutos, tais como tucupí e goma para tapioca. Em suma, a unidade produtiva camponesa estruturava-se em torno da cultura da mandioca, além dela cultivava-se o arroz, o jerimum, a melancia, o feijão e o milho, dentre outras.

Hoje, no lugar, mesmo com o cultivo do dendezeiro, ainda se produz roçado de mandioca de verão e de inverno. Este trabalho familiar é ritmado pelos ciclos naturais, começando quando a natureza dá sinais do chamado verão ou inverno amazônico. Segundo Nahum e Santos (2017), no roçado de verão planta-se de junho a novembro, coincidindo com o período mais seco na região amazônica; no roçado de inverno cultiva-se no período chuvoso. O roçado de verão é 50% menor que o de inverno e normalmente não se planta o arroz por conta da falta de umidade na terra, mas planta-se o milho. Alguns preferem plantar apenas a mandioca. Há camponeses que iniciam o roçado de verão no mês de abril, outros em maio. O mesmo ocorre com o plantio de inverno, muitos começam o plantio em dezembro, outros em janeiro. Por sua vez, a produção da farinha estende-se por todo ano. O preparo do roçado para o plantio da mandioca, do milho, do arroz e do feijão é feito pela mão de obra familiar ou através de mutirão, gênero de sociedade de auxílios mútuos, baseada unicamente nos costumes e usanças dessa boa gente, que não dispendo muitas vezes senão do seu único braço para o serviço, planta, todavia, roças consideráveis, e obtém a colheita necessária para a sua subsistência (Azevedo, 2006); ou então realizada por meio da troca de dias se dá quando uma família executa alguma tarefa para outra família e, em troca, fica a obrigação moral de retribuir a ajuda em outro dia programado e/ou pela troca de dia.

O controle de ervas daninhas é por meio das capinas, feitas duas vezes ao ano e começam um mês após o plantio. O arroz é o primeiro produto colhido, em seguida o milho. A mandioca é colhida em torno de um ano depois do plantio, de acordo com as necessidades de consumo e comercialização. Após a colheita a raiz é processada manualmente nos retiros. O fluxograma 1 mostra as etapas percorridas para a produção tanto da farinha seca como da farinha d'água e dos subprodutos tucupi e goma.

**Fluxograma 1:** Etapas de produção da farinha



Fonte: Organizado pelos autores.

O plantio de mandioca e o fabrico de farinha de mesa estruturavam o modo de vida dos agricultores camponeses do Apeí, um dos quais nos relata que “fazia 15 tarefas de mandioca, de milho, de feijão, de abóbora e de jerimum. A produção era muito e o trabalho também” (Entrevistado 3). Outro lembra que “[chegou] a fazer 16 tarefas de mandioca, como naquela época, a gente vivia apenas da produção do roçado, não tinha jeito, tinha que ser muita produção” (Entrevistado 4). O processo produtivo de farinha ainda é longo, trabalhoso e de rentabilidade variável.

É difícil trabalhar com o roçado, porque dá trabalho para limpar a área, plantar. Você tem que colher e fazer a farinha. Na farinha, parceiro, não tem hora. Tinha vez que a gente levantava 02h, 03h da madrugada para torrar farinha. Jogava farinha no forno e trabalhava até às 17h da tarde. Nesse tempo, até hoje eu falo dessa renda. *O que lucrava para nós mesmo era a comida*, eu não via outro tipo de renda da farinha. Nesse tempo (1990) a farinha era muito barata R\$ 1,00(um



real) o quilo. Aqui vinha marreteiro de Abaetetuba e de Igarapé-Miri (ficavam no Arauaí). Eles traziam 1 paneiro de camarão e levavam 3 sacas de farinha, naquela época não era vendido no pacote (15 kg), era vendido na saca de 60 kg. O cara trazia 100 kg de mapará [peixe] e levava uma faixa de 40 sacas de farinha. Nesse tempo era difícil a vida (Entrevistada 4), (grifos nosso).

O relato relembra o quão fatigante era a rotina de trabalho do agricultor camponês. Ainda hoje o roçado e a produção de farinha demandam horas de trabalho e o produto tem valor comercial baixo, gerando pouco retorno monetário. Sendo que o retorno, o resultado de meses de trabalho, fica resumido a aquisição de comida. A produção local era comercializada no Moju, mas predominantemente transportada para o mercado de Belém. As dificuldades para o escoamento da produção foram assim relatadas por um camponês

[Até 2001] antes da chegada do ramal Apeí, era uma peleja para chegar até a cidade de Moju e Belém para onde era levada a produção do povoado. Nós andávamos um dia e uma noite para chegar em Belém. A gente saía daqui umas 06h da manhã numa canoa (casco) a remo com a produção até a escolinha do Arauaí. A gente levava de uma a uma hora e meia remando até lá. Lá a gente mudava a produção da canoa para um barco maior e seguia para a cidade de Moju pelo rio Moju. A gente chegava na cidade por volta das 13h. Em Moju vendia parte da produção, mas a maior parte era embarcada no ônibus que partia de madrugada para Belém. Em Belém a produção era desembarcada e vendida no porto da Conceição, no Jurunas, lá tinha comprador certo (Entrevistado 5).

Nesse período, a maior parte da produção era levada para Belém, por meio de rios e caminhos d'água, como o igarapé Apeí, afluente do igarapé Arauaí, por onde se deslocavam pessoas, bens e serviços em direção à cidade de Moju e de Belém. Os principais produtos destinados para a venda, oriundos da produção camponesa, eram a banana, a farinha, o milho, o arroz, o feijão, a melancia, o jerimum e a abóbora.

## **E CHEGA A DENDEICULTURA**

O primeiro projeto-piloto de associação entre agricultura familiar de dendezeiro em território nacional ocorreu no município de Moju. Forma-se um assentamento de reforma agrária destinado ao cultivo do dendezeiro, popularmente denominado *projeto*, resultante de acordos entre o Grupo Agropalma, a prefeitura municipal de Moju, o Instituto Paraense de Terras (ITERPA), a EMATER e os agricultores camponeses. O Projeto I ou Arauaí I foi implantado no ano de 2002, na comunidade do Arauaí, na região do Alto Moju. Envolveu 50 famílias assentadas cada uma num lote do qual 10 hectares seriam para cultivar o dendezeiro. No ano de 2004 começou na comunidade da Soledade, localizada na mesma

região o Projeto II ou Projeto Soledade, que contou com 50 famílias camponesas, cada uma com um lote com 10 hectares (Nahum e Santos, 2017).

Desde então os projetos cumprem papel singular na reprodução do capital no meio rural da Amazônia paraense. Permitem à empresa monopolizar o uso da terra, normatizado em torno de um conceito de fruto fresco de dendê produzido de acordo com selos e normas de mercado internacionais, tais como a Roundtable on Sustainable Palm Oil<sup>4</sup>, sem que para isso precise comprar ou arrendar a área; usufruir da força de trabalho sem qualquer vínculo de legislação trabalhista, exemplificando assim os contratos de trabalho reinantes na Indonésia e na Malásia. Nesses países existem tanto trabalhadores rurais, muitos destes migrantes, quanto camponeses integrados e o trabalhador de dendezal recebe pelo que produz, o chamado salário por peça ou por produção de acordo com o vínculo seja integrado ou assalariado.

Os projetos estendem à unidade camponesa a racionalidade empresarial, reproduzindo a ideia de que os problemas do campo não residem na concentração de terras, nas tensões, conflitos e violência, no desmatamento e assoreamento de corpos de água, dentre outros tantos que historicamente estiveram na pauta de reivindicações de um projeto de Brasil, mas sim na geração de emprego, renda e inclusão social. Além de enfraquecer a atuação dos movimentos sociais críticos das territorialidades da dendeicultura, pois esses lugares têm sua paisagem, configuração espacial e dinâmica social dependentes da reprodução espacial das empresas. O discurso da rentabilidade e do ganho econômico, silencia ou secundariza qualquer discurso crítico da estrutura fundiária e dos impactos ambientais, posto que o projeto de cultivo de dendezeiro gera ganhos maiores que a lavoura branca, dispensa o atravessador e garante a venda direta no mercado. Em suma, segundo seus proponentes, os projetos de integração da agricultura familiar à cadeia do dendê manifestam a única motivação para a permanência do homem do campo, sem o qual está condenado à economia tradicional ou ao êxodo rural. Trata-se, portanto, de uma forma da modernização conservadora, mantendo a concentração de terra e espalhando o modelo de agronegócio como única possibilidade para o campo, nomeando a unidade camponesa como irracional ou atrasada.

A dendeicultura no espaço rural da Amazônia paraense foi possível pelo apoio da estrutura governamental. É no interior da tecnocracia estatal que ela é propagandeada

---

<sup>4</sup> Ver: <https://www.rspo.org/>. Acesso 20/12/2018.

como geradora de emprego, renda, inclusão social no meio rural, igualmente solução para conter o desmatamento, recuperar área degradadas repetindo o mesmo discurso desenvolvimentista dos grandes projetos que na década de 1970 adentram a região e encontram oposição crítica das organizações e movimentos sociais. Podemos dizer que a história dos grandes projetos na Amazônia paraense tem nas reações das organizações e movimentos sociais um capítulo marcado por protestos, greves, interdições de vias, ações judiciais e muitos termos de ajustes de conduta. Porém, a dendeicultura não encontrou oposição da sociedade organizada, isso porque desde as últimas duas décadas do século XX assistimos à transfiguração de lideranças do campo paraense, que outrora da organizavam a luta pela terra ou pela reforma agrária, em patronato político moderno que exerce o poder simbólico seja na função de senador, deputado, prefeito, vereador ou secretário de agricultura. Daí propaga constrangimentos econômicos e extra econômicos necessários à manutenção da hegemonia do projeto de poder, não importando os meios (Nahum e Santos, 2018).

O patronato não poupa esforços em difundir o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) como política de estado para o meio rural, promovendo a categoria de agricultor familiar cultivador de dendezeiro. Patronato que, segundo Nahum e Santos (2018), por influenciar as associações de trabalhadores rurais e agricultores familiares, possibilita às empresas apresentarem às comunidades camponesas o projeto “Agricultura familiar com cultura do dendezeiro” como perspectiva de desenvolvimento territorial rural e os convida a celebrar contratos de associação com as empresas dendeicultoras.

É neste cenário que em 2005, inaugura-se o Projeto III ou Arauaí II, na comunidade do Arauaí nos mesmos moldes do Projeto I (2002) e II (2004). Criado em 2005, o Projeto II foi estendido, em 2006, para o Projeto de Assentamento, Calmaria II com o Projeto IV, do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária, localizado na PA 150, no km 65, com uma área de 210 hectares destinados para 35 famílias, cada uma com 6 hectares (BASA, 2012). O projeto III ou Arauaí II, como é localmente conhecido foi implantado no ano de lançamento do Programa de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

A partir de 2005 a Amazônia paraense vive o auge da dendeicultura. Senão vejamos, em 1990, segundo dados da Embrapa<sup>5</sup>, a área cultivada com dendezeiro no Brasil era 71.000 ha, em 2000 foi 81.000ha, em 2004 somava 87.542 ha, em 2015 expande para 140,082 ha. Segundo MAPA (2018, p. 08), a ABRAPALMA (Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma), estima uma área cultivada de cerca de 236 mil hectares no Brasil, em 2018; sendo que 88% desta área está localizada no estado do Pará (207,68 mil/ha).

Em 2000 nos municípios de Concórdia do Pará não havia dendezal e em Tomé-açu, neste ano, foram plantados inexpressivos 500 hectares desta palma; em 2015 a área colhida de dendezeiro nestes municípios aumenta, respectivamente, para 17,9 mil/ha e 8,4 mil/ha. Em 2000, cultivava-se no espaço rural do município de Acará 6,7 mil/ha de dendezeiro e em 2015, são 9 mil/ha de dendezeiro.

A dendeicultura, como toda atividade, precisa de terra e força de trabalho. No relatório de sustentabilidade da Biopalma (2016) lemos que até dezembro de 2016, a empresa manteve os cerca de 56.487 mil hectares de palmares plantados em terras próprias e 6.500 mil hectares em parceria com agricultura familiar. Ao todo são 156.536 mil hectares de terras, dos quais 93.462 mil hectares sob a forma de áreas de reserva natural e preservação permanente. Ainda no mesmo relatório lemos que ela gerou 3.604 empregos diretos em todas as suas operações e nos diversos municípios (Acará, Tomé-Açu, Concórdia, Moju, Abaetetuba, Bujaru e Belém); a maioria destes profissionais está na área operacional (agrícola e indústria) e é nativa dos lugares de influência do projeto (Biopalma, 2016).

No relatório de sustentabilidade da Agropalma vemos que as propriedades da empresa abrangem 107 mil hectares, 64 mil hectares de área de reserva florestal, 3.965 hectares de área de infraestrutura, dos quais aproximadamente 39,042 mil hectares. Segundo Agropalma (2015, p.62), a empresa conta com, “4.645 funcionários dos quais 3.754 são trabalhadores operacionais homens e 256 trabalhadoras operacionais mulheres” (AGROPALMA, 2015, p. 63).

O *site* da Marborges Agroindústria SA informa que a empresa possui 7,7 mil hectares de plantação de palma e origina nos palmares próprios a maior parte dos frutos que necessita em suas unidades industriais. Para completar o suprimento de matéria-prima,

---

<sup>5</sup>Ver: <https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal> . Acessado: 09/10/2018.

a Marborges desenvolve programas de fomento e parcerias com pequenos agricultores familiares, contribuindo para geração de renda e diversificação do uso da terra no Pará (<http://www.marborges.com/quem-somos/missao/>). A Marborges gera aproximadamente 800 empregos diretos e 3.100 indiretos. Por sua vez o *site* da Belém Bioenergia Brasil cita que a empresa conta com 36.800 ha de plantio próprio, 3.000 ha de parceria com agricultura familiar e 340 ha em parceria com agricultura empresarial, sendo que 18.500 ha estão no Polo de Tailândia e 18.300 no Polo de Tomé-açu, totalizando 40.140 ha de plantio do dendezeiro (<http://www.belembioenergia.com.br/sobre>).

Nos anos de 2011 e 2012 começaram os projetos com cultura do dendezeiro entre os camponeses da comunidade do Apeí e a empresa subsidiária da Petrobrás, a Belém Bioenergia Brasil (BBB). A Belém Bioenergia Brasil S.A, fundada em 2011, tem como principal atividade a produção, logística e comercialização de óleo vegetal, como ainda de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas, como pesquisa e desenvolvimento em processos agroindustriais, processamento e comercialização de matérias primas e insumos, incluindo cacho de fruto fresco, sementes e mudas (Belém Bioenergia Brasil, 2014). Encontram-se em fase de construção duas usinas esmagadoras, uma no Polo de Tailândia, para processar os frutos frescos colhidos em Tailândia e Moju e outra no Polo de Tomé-Açu para beneficiar os frutos produzidos em Tomé-Açu, Acará e Concórdia do Pará. Ambas, quando entrarem em funcionamento, extrairão o óleo bruto das áreas arrendadas e familiares que será exportado para a usina de produção de biodiesel da empresa Galp, em Portugal.

A Belém Bioenergia Brasil S.A, igual as empresas que têm agricultores de dendezeiro, não ampara com seguro da plantação desses produtores. Os riscos no cultivo são reconhecidos e parecem minimizados com o manejo adequado, que inclui o acompanhamento e controle fitossanitário da cultura, vigilância motorizada contra fogo e entradas de pessoas não autorizadas na plantação (Belém Bioenergia Brasil, 2014). Segundo BASA (2012) a empresa Belém Bioenergia previa o plantio de 50 mil hectares de palma distribuídos em quatro polos (Tailândia, Tomé-Açu e dois a definir), cada um com 12.500 hectares e uma usina esmagadora para a extração do óleo bruto. Todavia, a empresa restringiu sua área de operações e plantios aos polos de Tailândia e Tomé-açu. No Balanço Patrimonial da BBB de 2014 os dados de 31 de dezembro de 2014 projetaram os plantios da empresa em 36.874 hectares de plantio (arrendado), dos quais 3.000 hectares com

parceria com a modalidade familiar e 340 hectares com a empresarial. Destes 18.500 hectares estariam no Polo Tailândia e 18.300 no Polo Tomé-açu, totalizando 40.140 hectares de plantio de dendezeiro (Belém Bioenergia Brasil, 2014).

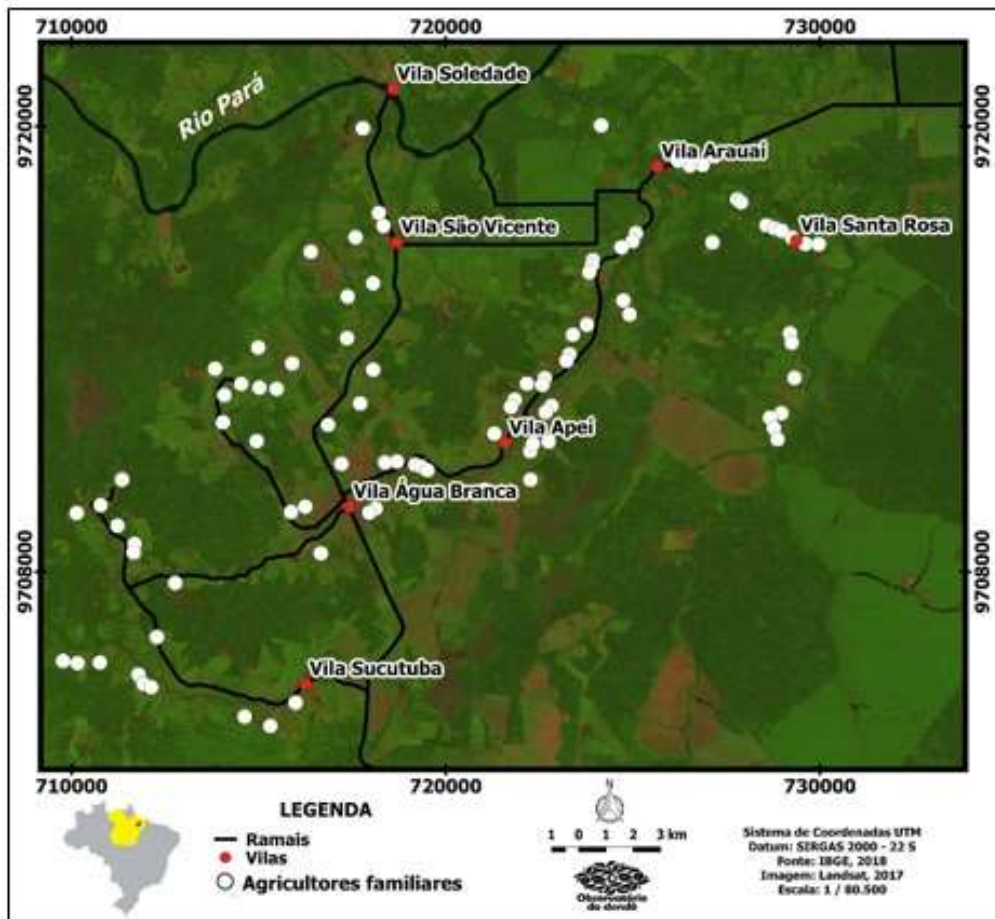
A empresa arrenda terras de proprietários de porte médio e grande, bem como desenvolve projetos na modalidade familiar nos lugares de abrangência dos polos. Para tanto, firma parcerias envolvendo a agricultura familiar com plantio de 10 ha, agricultor empresarial com plantio superior a 10 ha e arrendamento com área entre 300 a 1000 ha (Belém Bioenergia Brasil, 2013). O modelo de negócio e os critérios de seleção da agricultura familiar são: a) plantio em áreas de 7 a 10 ha/família; b) em áreas antropizadas até novembro 2005; c) áreas dentro do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e Zoneamento Agrícola e Econômico (ZAE); d) enquadrar-se nos critérios da linha de financiamento Pronaf Eco dendê; e) ter como agente financeiro o Banco da Amazônia; f) ter Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); g) ter Cadastro Ambiental Rural (CAR); h) ter declaração de posse; e f) garantia de assistência técnica gratuita (Idem, 2013). No segmento da agricultura familiar a empresa tem a meta de abranger mil famílias, significando 10.000 hectares.

No entanto, para que o contrato fosse assinado entre os integrados (agricultores), a empresa (integradora) Belém Bioenergia e a instituição financiadora (BASA) era preciso, além dos requisitos acima, que os primeiros estivessem organizados em associação. Para tanto, foi criada em 2011 a Associação de Desenvolvimento Sustentável da Cultura do Dendê da Agricultura Familiar do Alto Moju, cujo presidente eleito na ocasião foi o senhor Almir Cristino, que ocupou o cargo de presidente na gestão (2011-2015) e reeleito na gestão de (2015/2019). Da associação inicialmente participavam as comunidades do Água Branca, São Vicente, Arauaí Apeí e Santa Rosa. No ano de 2016, os agricultores da comunidade Água Branca desmembraram-se da associação fundando entidade própria.

Segundo o presidente da Associação do Desenvolvimento Sustentável da Cultura do Dendê da Agricultura Familiar do Alto Moju, os primeiros plantios foram realizados nos anos de 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014. Conforme nosso entrevistado “os últimos dados da BBB mostram que tem 257 projetos na modalidade familiar nos municípios de Moju e Tailândia” (Entrevistado 6). Na área estudada, que abrange as comunidades integrantes da associação, segundo o presidente são 61 projetos (Figura 2), distribuídos 7 na comunidade do Arauaí, 14 na comunidade de São Vicente e 40 projetos localizados na vila

Apeí e ao longo do ramal Apeí. Os projetos da BBB no Apeí variam de 7, 8 e 10 hectares. Ao contrário dos projetos I (Arauaí I), projeto II (Projeto Soledade) e projeto III (Arauaí II), onde os 50 lotes de cada projeto são espacialmente contíguos, no Apeí foram implantados projetos nas propriedades dos agricultores, ainda que existam plantios vizinhos, distribuem-se de forma descontínua.

**Figura 2:** Projetos de agricultura familiar integrados a BBB-2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

O setor agrícola da Belém Bioenergia Brasil nos informou que a “empresa possui 257 famílias integradas no Polo Tailândia, num total de 2.522 hectares plantados” (Entrevistado 7). Sendo 76 em Tailândia e 181 em Moju. As famílias que possuem parceria com a empresa no município de Moju estão distribuídas pelas comunidades de Arauaí (7), Apeí (40), São Vicente (14), Água Branca (14), Santo Rosa (16), São João (14), São Sebastião (19), Nova Paz (30), Sucutuba (19), PA Maravilha (06) e Franciosa com 02 famílias.

## A ROTINA DO DENDEZAL E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Os agricultores dos projetos de dendezeiro familiar do Apeí adentraram numa racionalidade produtiva desconhecida, cujos comandos são dados pelos mercados de *agrocomodities* (Santos, 2015). Para regular a integração dos agricultores são firmados contratos entre estes e a BBB que, dentre outras coisas, se compromete a lhes disponibilizar 1.430 unidades de mudas para implantação do palmar ao preço de R\$ 10,00 a unidade a serem pagas através do financiamento bancário contraído pelo agricultor para custear o empreendimento; comprar dos agricultores os frutos frescos colhidos durante 25 anos, que é a vigência do contrato; pagar o valor do fruto colhido estabelecido nas cláusulas do contrato; prestar assistência técnica e capacitação técnica quanto aos tratos culturais do dendezeiro, tais como poda, limpeza, rebaixo, adubação e colheita, o manuseio dos equipamentos utilizados na colheita; realizar visitas periódicas, pelo menos uma vez ao mês; promover dias de treinamento do agricultor em campo; emitir laudos de execução da atividade do agricultor, como a quantidade de tonelada colhida mensalmente e os respectivos valores pagos pela produção e orientar sobre as regras que normatizam o trabalho rural (Belém Bionergia Brasil, 2011, p. 05-15). Desse modo, os contratos regulam a dependência do produtor integrado em relação à empresa.

Os tratos culturais exigidos dos agricultores para que seus palmares tenham uma boa produtividade e respeitem as cláusulas contratuais são indicados no calendário de atividades repassados pela BBB. Atividades lembradas nas visitas técnicas, quando um funcionário da empresa repassa informações necessárias. Os plantios são recentes (2011/2012, 2012/2013, 2013/2014) e os produtores do Apeí realizam uma poda por ano nos dendezaís.

A adubação é realizada duas vezes ao ano e são adicionados 2,5 kg de fertilizante por planta a cada aplicação. Outro trato cultural é rebaixo, consistindo no corte da cobertura, localizada na entrelinha do dendezal, permitindo o trânsito de caminhões para transportar os frutos e ao acesso fácil a qualquer planta. Essa operação é realizada duas vezes por ano. O coroamento, que consiste na limpeza da vegetação ao redor do dendezeiro, também é realizado duas vezes ao ano.



O controle fitossanitário ocorre em média de 4 em 4 meses. Nesta etapa, os produtores, sob orientação da empresa, realizam rondas para identificar possíveis doenças ou pragas nos dendezais. O corte do cacho de dendê é feito 15 em 15 dias. Em seguida, do local onde foi cortado a produção é conduzida, por meio de burros ou bois, para os depósitos coletores da empresa responsável por transportá-la até a usina esmagadora.

Segundo o proprietário da empresa, Transporte Guarumã, prestadora de serviço de transporte dos cachos de dendê da empresa Belém Bioenergia para a fábrica esmagadora, os produtores familiares pagam R\$60,00 por tonelada transportada do fruto. Até o ano de 2016, enquanto a usina esmagadora do polo Tailândia estava em fase de construção, os frutos eram beneficiados nas empresas Marborges, em Moju e Dentauá, em Vigia e na sua filial em Concórdia do Pará. Atualmente, relatou o empresário, que em função de redução de custos, os cachos, são transportados para a usina esmagadora da empresa Dentauá, em Concórdia do Pará.

O dendezeiro produz o ano todo, mas os meses de setembro, outubro e novembro são o período de safra e a entressafra ocorre nos meses de dezembro a agosto. No período de safra, do ano de 2017, a empresa pagou ao produtor familiar R\$ 290,00 por tonelada de fruto fresco colhido, na entressafra R\$ 220,00. A pesquisa se deu no período de transição da entressafra para a safra. Todos os 30 produtores pesquisados iniciaram os plantios no ano de 2013. A palma de dendê começa a produzir entre o terceiro e quarto ano de vida, estamos, portanto, analisando a safra do primeiro ano produtivo. Os dados mostraram que 10 agricultores produtores (33,33%) tem uma produção que varia entre 2 a 4 toneladas no período de safra (nos meses de setembro, outubro e novembro) oscilando entre 0,6 (t) a 1(t) no período da entressafra (dezembro a agosto). Enquanto que 20 agricultores produtores (66,66%) conseguem colher no período da safra em torno de 1 (t) a 1.7 (t), passando para 0,15 (t) a 0,6 (t) no período da entressafra.

Há produtores que não cortam o fruto no período da entressafra, pois os plantios estão no início da fase produtiva e só estabilizarão a produção a partir do 6º ano, ou seja, a partir do 3º ano produtivo. A diferença de produção entre os dendezais que foram plantados no mesmo ano (2013) explica-se por diversos motivos. Primeiro, os 10 agricultores que obtiveram maior produção em relação aos demais têm pais ou irmãos que possuem projetos no local ou têm projetos de cultivo estabilizados no Arauaí I, na Soledade e no Arauaí II. Dispõe de recursos, portanto, para contratação de mão de obra e

melhorar os tratos culturais fundamentais para o aumento da produtividade do dendezeiro. Os 20 produtores de menor rendimento não conseguem, com a baixa produção, manter os plantios com os tratos culturais em dia, tal como nos relata o camponês, “você olhar, aqui no Apeí, a maioria dos projetos estão no meio do mato, o pessoal não tem dinheiro para limpar” (Entrevistado 8). Fato confirmado por Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018, p. 5), para quem “a capacidade de contratação de mão de obra é um determinante mais importante do que a existência de suficiente mão de obra familiar para dedicar ao cultivo da palma”.

Os agricultores mais produtivos conseguem renda líquida aproximada de R\$ 1.000,00 no período da safra e R\$ 400,00 na entressafra. Superior a situação dos menos produtivos que na safra obtém renda média líquida de R\$ 550,00 e na entressafra de R\$ 200,00. Disse-nos um agricultor, “eu mesmo nem corto o coco no meu projeto, é melhor nem cortar, porque o prejuízo é menor” (Entrevistado 9).

Para as 10 famílias mais produtivas a cultura do dendezeiro é a principal fonte de renda, enquanto para as demais um complemento de renda. Ainda assim, quando perguntados sobre a possibilidade de futuramente aumentar a área plantada com a cultura, apenas 1 (um), dos 30 entrevistados, não se mostrou interessado. A maioria, ou seja, os 29 entrevistados têm intenção de aumentar suas áreas com a cultura, pois segundo o produtor “o dendê é retorno certo, ele dá trabalho, mas dá dinheiro, ele só não está dando agora porque a produção não está com muita força” (Entrevistado 10).

A dinâmica do trabalho com a cultura do dendezeiro não fez desaparecer o roçado de mandioca no Apeí. Diferente do processo ocorrido na comunidade do Arauaí, onde o sitiante camponês se transformou em cultivador do dendezeiro (Nahum e Santos, 2017), visualizamos na paisagem a presença de roçados e retiros ao longo do ramal Apeí e da vila Apeí. Durante os trabalhos de campo encontramos dois agricultores que cultivam dendezeiro fazendo farinha nos seus retiros. Relatam-nos que a produção desta é para o autoconsumo e venda por intermédio dos atravessadores, comumente denominados marreteiros, que buscam o produto no lugar de fabrico. A farinha produzida do retiro 1 é vendida para um atravessador que, além da sua, leva a produção dos agricultores das comunidades do Água Branca, Apeí, Arauaí, São Vivente dentre outras comunidades do Alto Moju para ser revendida no arquipélago do Marajó e na cidade de Macapá. Parte da

produção da farinha no retiro 2 destina-se para a região das ilhas de Abaetetuba, município limítrofe com Moju.

A partir da integração dos agricultores ao cultivo do dendezeiro ocorre a diminuição dos roçados na paisagem do Apeí. Antes o roçado era praticamente a única atividade a que os agricultores se dedicavam e seu tamanho oscilava de 10 e 16 tarefas<sup>6</sup>, depois da integração a cadeia produtiva da BBB a média ficou entre 3 a 6 tarefas, diminuição de mais de 50% se levarmos em consideração a média dos roçados. Um entrevistado relata que “tem vez que a gente não faz roçado, teve ano que a gente fez um ano sim, outro ano não” (Entrevistado 11). Relatam a diminuição da diversidade agrícola. O milho que antes era cultivado em 100% dos roçados, agora é cultivado em 50,7% das propriedades, mas ressalta nosso entrevistado “a gente todo ano planta milho, por causa das crias menores” (Entrevistado 12). O feijão, 53,8%, o arroz é a cultura menos cultivada, 46%, como diz o camponês “quase não se vê agricultor cultivando o arroz, atualmente é mais fácil comprar no comércio na cidade de Moju ou na vila” (Entrevistado 13). Quanto ao roçado, apenas 24 dos 30 agricultores entrevistados fizeram o de verão, ou seja, 80%. Este roçado está menos diversificado que de inverno, pois apenas 15 (50%) plantaram milho, 14 (49%) plantaram feijão e ninguém (0%) plantou arroz.

Em se tratando do tradicional componente da dieta alimentar regional, a farinha, as entrevistas ressaltam que a produção diminuiu. Assim lembra um entrevistado, “eu comecei a andar aqui em 1989, essa nossa região (Apeí) chegava a tirar uma faixa de duas carretas por semana, saía farinha por terra (estrada) e por água (igarapé), agora a produção está pouca, não sai nem um caminhão cheio” (Entrevistado 14). Outro relato expõe um panorama preocupante acerca da produção dos retiros de farinha na região do Alto Moju

Olha eu estava olhando [...] estava vendo que o Sucutuba dá de 10 a zero no Apeí. Lá, em todo canto tem retiro, em todo lugar tem produção. Lá, tem muita produção. Lá, todo retiro é lotado. Três, quatro forneiros. Eu passei ontem nuns 5 cinco retiros, todos lotados. Eu passei hoje, e estava tudo mundo deitado, descansando, porque quando termina a farinha dá uma dor no corpo, uma murrinha na pessoa. Aqui, (Apeí) ainda tem um aí (retiro) [...] o pessoal do Carneiro, faz só para a boia (farinha para consumo) eles não estão se envolvendo mais como eles se envolviam antigamente. Tem também o pessoal do Dico que também só para a boia (farinha para consumo). Já não estão mais com aquela força. Com a chegada do dendê, a produção caiu muito. O Sucutuba ganha toda essa região aqui todinha (Entrevistado 15).

---

<sup>6</sup> 1 (uma) tarefa corresponde a 0,30 hectares.

No Apeí, em função de 60% dos dendezaís estarem no 4º (quarto) ano de plantio e no primeiro ano de vida produtiva, os rendimentos advindos da venda do cacho de fruto fresco são baixos e a produção de farinha e os roçados, continuam, relativamente dinâmicos. Isso explica o fato de camponeses ainda se dedicarem à agricultura tradicional, como nos relata o produtor “a gente está fazendo farinha, porque a produção do dendê ainda é baixa, é farinha que está nos ajudando. O pacote de 15 kg custa hoje R\$ 50,00, é o que está salvando a gente” (Entrevistado 16). A presença das culturas anuais tais como mandioca, feijão, milho e arroz nos indicam que os produtores da comunidade do Apeí ainda possuem traços do campesinato tradicional. A agricultura camponesa tem por característica a diversidade de culturas e de criação. No entanto, com a chegada dos projetos de integração da empresa Belém Bioenergia Brasil, paulatinamente, identificamos mudanças e permanências que a dendeicultura desencadeou na dinâmica social e territorial das comunidades camponesas do Alto Moju.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na situação geográfica enfocada a integração dos agricultores à cadeia produtiva do dendezeiro não eliminou a diversidade das culturas presentes nas unidades produtivas. A unidade familiar continua diversificada, isto decorre em boa medida pelo estágio de desenvolvimento dos dendezaís, mas houve diminuição dos roçados e, conseqüentemente, do cultivo de mandioca, milho, arroz, feijão e, principalmente, a fabricação farinha. Os projetos com cultura do dendezeiro vêm promovendo um processo de ressignificações no modo de vida dos lugares onde aportam. Altera-se a natureza do trabalho e com ela a configuração espacial da unidade produtiva que se subordina às determinações do mercado de óleo de palma. A geração de emprego, renda e inclusão social compõem o mantra por meio dos quais os agricultores têm suas terras e força de trabalho subordinadas à reprodução ampliada do capital sob a forma de produção de fruto de dendê.

Assim, quando nos referimos a dendeicultura reportamo-nos a processos que têm por fundamento empírico o cultivo do dendezeiro, mas são infinitamente maiores, mais complexos e transcendem várias escalas. Entendemos dendeicultura como uma forma de subjetividade disseminada pela agricultura empresarial como espécie de pensamento único e introjetada pelo agricultor familiar e pelos assalariados rurais. Subjetividade propositiva da racionalidade mercadológica como a única razão operante na existência humana, dividido a

sociedade em empresários, clientes, colaboradores e consumidores. De fato, a vida do agricultor rural fica tão dependente do cultivo do dendezeiro que podemos dizer que o dendezeiro cultivou e cativou o ser humano e não o contrário.

O conceito de dendeicultura que introduzimos ressalta que o cultivo do dendezeiro adentra o ser humano e norteia suas ações. Essa é provavelmente a mudança mais significativa que esse fenômeno imprime ao meio rural outrora marcado por sociedades camponesas integradas ao mercado, mas que não tinham as relações sociais de produção dependentes da obtenção de quantidade de dinheiro cada vez maiores. A mercantilização da vida e não somente da força de trabalho adentra o espaço rural da Amazônia paraense introduzida pela agricultura empresarial do dendezeiro. Agricultura impulsionada e amparada por políticas de Estado que criam condições jurídicas e institucionais para o avanço do cultivo do dendezeiro e da dendeicultura como racionalidades empresarias no meio rural. Isso explica a motivação de quase totalidade dos entrevistados em ampliar sua área de cultivo, mesmo ao preço de diminuição de terra e tempo de trabalho dedicados à produção de alimentos. A garantia de compra da produção do dendê por vinte e cinco anos aparece como atestado de futuro garantido, como se tal relação estivesse imune às crises políticas, econômicas, oscilações cambiais e mercados de *commodities*. É fato que o cultivo do dendezeiro se tornou a principal fonte de renda para muitos dos pesquisados. Isso preocupa pois a dendeicultura é totalmente descomprometida com a dinâmica espacial do lugar, posto que atende ao conceito de fruto e de óleo dos mercados globais.

Ainda que a Belém Bioenergia Brasil aporte no espaço rural mojuense conduzida pela política de Estado incentivado da produção de biodiesel a partir de oleaginosas, tais como o dendezeiro e seja a única empresa a produzir óleo de palma com tal finalidade, a expansão do cultivo do dendezeiro é incerta. As crises políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira nos últimos quatro ou cinco anos colocaram sob o signo de risco operações da Petrobrás e da Vale no segmento do agrocombustível, ocasionando redução dos contingentes operacionais dessas empresas, obrigando-as a reconfigurar sua atuação nessa cadeia produtiva.

A volatilidade do capital permite sua reconfiguração em pouco tempo assumindo outras formas espaciais. Mas o agricultor integrado como produtor de fruto fresco colhido à cadeia produtiva do dendê não dispõe de capital para acionar condições técnicas capazes de reconfigurar seu plantio de dendezeiro. Assim o dendezal tornar-se uma espécie de

rugosidade espacial e sob as bases contratuais a que ficam subordinados agricultores integrados eles não dispõem de condições para produzir sequer óleo de palma, menos ainda de palmiste ou qualquer outro processo de verticalização sem o apoio de políticas de Estado. Resta saber sob que condições e possibilidades o Estado estará disposto a realizar tal reparação, antes que os impactos na produção de alimento se generalize e declare extinta o cultivo tradicional de alimentos.

## REFERÊNCIAS

AGROPALMA, **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Disponível em: [http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/Relatorio\\_Sustentabilidade\\_2015\\_Portugues-1480095831.pdf](http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/Relatorio_Sustentabilidade_2015_Portugues-1480095831.pdf). Acessado: 19/04/2018.

AZEVEDO, José. Franco de. **Associativismo e agroecossistemas: um estudo em Nossa Senhora da Glória** Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFS (SE) 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp010042.pdf>. Acessado: 19/04/2018.

BACKHOUSE, Maria. **A desapropriação sustentável da Amazônia O caso dos investimentos em dendê no Pará**. Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin. 2013. Disponível em: [https://www.fair-fuels.de/data/user/Download/Ver%C3%B6ffentlichungen/FairFuels-Working\\_Paper\\_6\\_Portuguese.pdf](https://www.fair-fuels.de/data/user/Download/Ver%C3%B6ffentlichungen/FairFuels-Working_Paper_6_Portuguese.pdf). Acessado: 09/10/2018.

BANCO DA AMAZÔNIA (BASA). A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de DENDÊ familiar. **Revista Contexto Amazônico**. Ano 5, n. 22, jun. 2012. Disponível em: [http://www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/institucional/biblioteca/boletim/contexto\\_amazonico\\_25.pdf](http://www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/institucional/biblioteca/boletim/contexto_amazonico_25.pdf). Acessado: 19/04/2018.

BELÉM BIOENERGIA BRASIL. **Apresentação GBEP** [http://www.globalbioenergy.org/fileadmin/user\\_upload/gbep/docs/2013\\_events/GBEP\\_Bioenergy\\_Week\\_Brasilia\\_18-23\\_March\\_2013/3.6\\_ESMERALDO.pdf](http://www.globalbioenergy.org/fileadmin/user_upload/gbep/docs/2013_events/GBEP_Bioenergy_Week_Brasilia_18-23_March_2013/3.6_ESMERALDO.pdf). Acessado em: 27/04/2018.

BELÉM BIOENERGIA BRASIL. **Balanco patrimonial em 31 de dezembro 2014**. Disponível em: <http://www.belembioenergia.com.br/relacao-com-investidores/>. Acessado: 19/04/2018.

BELÉM BIOENERGIA BRASIL. Instrumento de contrato para compra de cachos frutos frescos (CFF) e outras avenças, firmado entre a Belém Bioenergia S.A e [um agricultor familiar] Belém, 2011.

BIOPALMA da Amazônia, **Relatório de Sustentabilidade 2016**. Disponível em: <http://www.biopalma.com.br/pdf/relatorio-sustentabilidade-2016.pdf>. Acessado em 19/04/2018.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense: 2004. pp.149-168.

BRANDÃO, Frederico; SCHONEVELD, George; PACHECO, Pablo. Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia Brasileira: análise e recomendações. In: **Infobriefs**. Nº 207, março 2018. Disponível em <https://www.cifor.org/library/6849/integracao-da-agricultura-familiar-a-cadeia-da-palma-de-oleo-na-amazonia-brasileira-analise-e-recomendacoes>. Acessado: 09/10/2018.

BRASIL. **Lei nº 11.097, de janeiro de 2005**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acesso em: 28 out. 2015.

HOMMA. Alfredo Kingo Oyama. **O Desenvolvimento da Agroindústria no Estado do Pará**. Belém: Saber. Ciências Exatas e Tecnologias, v.3, Edição Especial, p. 47-76, jan/dez. 2001.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil. Brasília: **MAPA/ACE**, 2018. Disponível em: [https://aprobio.com.br/novosite/wp-content/uploads/2018/08/Diagn%C3%B3stico-Prod-Sust-da-Palma-de-%C3%93leo\\_MAPA\\_2018.pdf](https://aprobio.com.br/novosite/wp-content/uploads/2018/08/Diagn%C3%B3stico-Prod-Sust-da-Palma-de-%C3%93leo_MAPA_2018.pdf). Acessado em 10/09/2018.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense. In: **Rev. NERA** Presidente Prudente ano 21, n. 42, pp. 113-134 Dossiê/2018. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5689/4268>. Acessado:19/04/2018.

\_\_\_\_\_. SANTOS, Cleison Bastos dos. O boom do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia paraense. **Confins** [Online], 25. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10536?lang=pt#quotation>. 09/10/2018.

\_\_\_\_\_. BASTOS, Cleison dos Santos. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394>. Acessado: 19/04/2018.

\_\_\_\_\_. SANTOS, Cleison Bastos dos. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. In: **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 20, nº. 37 pp. 54-76 Mai-Ago./2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4757/3867>. Acessado:19/04/2018.

REPÓRTERBRASIL. **A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel Retrato do presente, perspectivas de futuro.** 2010. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar\\_Biodiesel2010.pdf](https://reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf). Acessado: 09/10/2018.

SANTOS, Cleison Bastos dos. **Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia paraense: uma análise do município de Moju.** Editora Itacaiúnas. Ananindeua. 2015.

SILVA, Renata Novaes da. **O Programa de produção sustentável de óleo de palma (PSOP) e o campesinato amazônico: o caso do município do Acará (PA).** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. p.. 110f. 2016.

WWF. **Palm oil, buyer, scorcard.** 2016. Disponível em: [http://palmoilscorecard.panda.org/file/WWF\\_Palm\\_Oil\\_Scorecard\\_2016.pdf](http://palmoilscorecard.panda.org/file/WWF_Palm_Oil_Scorecard_2016.pdf). Acessado: 09/10/2018.

Submetido em: outubro de 2018.

Aceito em: dezembro de 2018.